

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTANCIA

VALÉRIA MARIA DOS SANTOS

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cabo de Santo Agostinho

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE A DISTANCIA

VALÉRIA MARIA DOS SANTOS

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado a Universidade Federal da Paraíba, com um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva

Cabo de Santo Agostinho

2016

VALÉRIA MARIA DOS SANTOS

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Wilder Kleber Fernandes de Santana
Prof.(examinador)

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profa. Dra. Hércia Macedo de Carvalho Diniz e Silva
Profa. (orientadora)

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Rosicleide Araújo de Andrade
Profa. Convidado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me dado forças para superar todas as dificuldades enfrentadas durante todo curso.

Ao meu esposo Pela compreensão e paciência e incentivo, aos meus filhos pelo carinho, amor, um apoio incondicional família, durante esta longa jornada,

A meus Pais que oravam por mim e sempre me incentivando todos os anos que estive na faculdade para não desistir dos meus sonhos.

Aos meus irmãos que se preocupavam com o desenvolvimento da minha formação e conclusão do curso me incentivando a seguir em frente sem desistir.

Neste agradecimento venho citar nomes de alguns professores e mediares que virtualmente conheci e me incentivaram de uma forma transformadora, as Professoras: Ivete Pereira; Alba Lúcia e Carlene da Penha mediadoras: Jéssica Sobreira; Karina Maria

A todos os meus amigos e irmãos em Cristo que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida durante este percurso.

Enfim, serei eternamente agradecida.

RESUMO

Política da Educação Inclusiva

O presente trabalho de pesquisa bibliográfica tem por objetivo geral analisar a Educação Inclusiva na perspectiva da Inclusão Escolar. Atendendo aos objetivos específicos discorrer sobre a educação inclusiva como um projeto acessível e social, refletir sobre os aspectos e contextos históricos da Educação Inclusiva, descrever a necessidade da educação Especial nos tempos atuais nas escolas. O mesmo traz uma abordagem relevante para a contemporaneidade, diante de uma ótica educacional e dentro da legalidade que regi o direito efetivo da inclusão social e educacional para todos. Esta pesquisa está voltada para os interesses das políticas públicas e sociais que inclui a escola e a família, uma parceria significativa com um objetivo comum. A educação inclusiva tem uma atenção especial e configurada em aspectos metodológicos, técnicos e profissionais. Como metodologia em desenvolvimento destaca alguns autores como Santiago e Mantoan fundamentando o mesmo. Está metodologia se classificada em conceitos teóricos e o mesmo é destacado por Vergara, (2008). “A pesquisa bibliográfica inclui o estudo de livros, revistas, jornais, meios eletrônicos, ou seja, tudo que seja acessível ao público em geral.” Esses instrumentos são mecanismos que qualificam a pesquisa bibliográfica, são procedimentos que validam a pesquisa com teor. Como afirma Lakatos (2003) [...] devem adequar-se ao problema estudado [...] e que se queria confirmar [...]. Por tanto é feito um preparo de materiais selecionados onde possam conter informações e registros pertinentes relacionados à temática abordada. É correto afirmar que a educação especial e inclusiva é um processo de transformação, que inova e processa um vislumbre social, amplia uma margem de superação de um trabalho relevante a adversidade. Por fim o processo crítico da leitura está exposto com singularidade apresentando pontos inexoráveis e que auxiliam na educação inclusiva dentro das escolas.

Palavras-chave: Educação; Educação especial; inclusão.

ABSTRACT

Inclusive education policy

The present work of literature search with the title aims to analyze the General inclusive education from the perspective of the school inclusion. In view of the specific objectives speak about inclusive education as an affordable and social design, reflect on aspects and historical contexts of inclusive education, describe the need for special education in schools nowadays. The same brings an approach relevant to contemporary times, in front of an optical education and within the law that right effective region of social and educational inclusion for all. This research is focused on the interests of public policy social and that includes the school and the family, a significant partnership with a common goal. The inclusive education has a special attention and configured on methodological aspects, technicians and professionals. As developing methodology highlights some authors such as Santiago and Mantoan basing the same. 'S methodology if classified into theoretical concepts and the same is highlighted by Vergara, (2008). "A bibliographical research includes the study of books, magazines, newspapers, electronic media, namely, all that is accessible to the general public." These instruments are mechanisms that qualify the bibliographical research, those procedures that validate the content search. As stated by Lakatos (2003) [...] should suit the problem studied [...] and that if I wanted to confirm [...]. For both a preparation of selected materials where they might contain information and relevant records related to the theme addressed. It's fair to say that the special and inclusive education is a process of transformation, which innovates and renders a glimpse into social, enlarges a margin of overcoming a job relevant to adversity. Finally the critical process of reading is exposed with singularity showing inexorable and points that assist in inclusive education within the schools.

Key-words: education; Special education; inclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Cinco Dimensões da Inclusão.....36

Gráfico 1. Evolução da Política de Inclusão nas Classes Comuns do Ensino Regular.....	39
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CF - Constituição Federal

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA - Educação o Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

PED - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE - Política Nacional da Educação Especial

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	JUSTIFICATIVA.....	12
3.	OBJETIVOS.....	17
3.1	Objetivo geral.....	17
3.1.1.	Objetivos específicos.....	17
4.	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
4.1	Educação do ensino regular.....	18
4.1.1	Educação especial como um direito.....	22
4.1.2	Educação inclusiva.....	30
4.1.3	O papel do professor na educação inclusiva.....	43
5.	METODOLOGIA.....	50
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de cunho bibliográfico vem analisar os reflexos da política da educação inclusiva, destarte apresentar um processo evolutivo, diferenciado e relevante sobre a perspectiva social e pedagógica nas escolas pertinente a inclusão social, que conseqüentemente requer ao professor um trabalho de valorização sobre a adversidade e a superação do trabalho de inclusão.

O mesmo tem por objetivo geral analisar a Educação Inclusiva na perspectiva da Inclusão Escolar. Atendendo aos objetivos específicos discorrer sobre a educação inclusiva como um projeto acessível e social, refletir sobre os aspectos e contextos históricos da Educação Inclusiva, descrever a necessidade da educação Especial nos tempos atuais nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 determina que todos tenham acesso a escola, é um direito individual, deixando de lado qualquer tipo de discriminação. Porém, para que possa garantir esse direito efetivo faz-se necessário que todos estejam juntos no processo de conscientização da comunidade escolar. O respeito e a convivência à diversidade é resgatar a oportunidade de serem iguais. A Escola deve proporcionar o desenvolvimento educacional a todos os alunos sem qualquer discriminação.

Neste sentido, analisando a Educação inclusiva no Brasil em tempos atuais, gera uma preocupação como também um desafio para escola e professores no sentido de trabalhar com alunos que tenham algum tipo de deficiência. Nesta perspectiva de análise, vale ressaltar que é de suma importância que o educando com deficiência tenha aula no ensino regular, desde que a oferta de cursos e capacitações (ou formações) para os professores seja simultânea e tenha originalidade partindo do estado e das redes municipais e privada. Desse modo a reforma da organização e funcionamento dos serviços determinados aos alunos com deficiência na escola é de suma importância, pois o lugar central de ensino e aprendizagem desses alunos é na escola regular.

Segundo Vygotsky (1993) a educação social baseada na compreensão dos problemas físicos era a única maneira de proporcionar uma vida satisfatória para crianças defeituosas. De forma que a vontade de incluir todos os alunos nas escolas regulares é implantar a gratidão as diferenças e a multiplicidade de conhecimento dentro das condições oferecidas pela escola.

Para Mantoan, a inclusão é um direito de todos. Se hoje estamos brigando por causa da inclusão é porque nós não tivemos na nossa vida pessoas com deficiência convivendo conosco desde a infância. Algumas pessoas pensam que existem diferentes, aqueles que não são iguais a nós, e isso é o que faz esse grupo ser colocado à parte. Mas o que existe é a diferença de todos nós e não o diferente de nós, (MANTOAN.2013).

Na fundamentação teórica serão abordados subtítulos que irão destacar um contexto formalizado por autores que corresponde ao tema e a base do estudo que é a educação inclusiva, os mesmos apontará as características da educação tanto como do ensino regular, como da educação especial elencando a educação inclusiva que hoje representa uma conquista legal para todos os alunos e para sociedade. O vislumbre do mesmo se da pela evolução das políticas públicas e das leis que rege o país, visa uma exposição dos direitos a cidadania e da igualdade de direitos independente de sua peculiaridade.

A educação brasileira ao longo dos anos vem sendo influenciada por grandes ações contemporâneas como avanços tecnológicos, globalização entre outros atos significativos para sociedade como a Constituição Federal de 1988 (CF) que se tornou um marco legal para a política educacional. Pensar na educação como um todo é necessário pensar estrategicamente em uma política que atenda todos na educação, seja alunos com deficiência física, psíquica e/ou que necessite de uma atenção especial.

A pesquisa apresentada buscou subsídios para exploração do conteúdo em dispositivos como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) Política Nacional da Educação Especial (PNE) Constituição Federal/88 (CF) entre outros cujos autores serão destacados ao longo do texto.

Vergara, (2008). “A pesquisa bibliográfica inclui o estudo de livros, revistas, jornais, meios eletrônicos, ou seja, tudo que seja acessível ao público em geral.” Esses instrumentos são mecanismos que qualificam a pesquisa bibliográfica, são procedimentos que validam a pesquisa com teor. Como afirma Lakatos (2003) “[...] devem adequar-se ao problema estudado [...] e que se queria confirmar [...]”.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizadas pesquisa bibliográfica com a finalidade de apresentar conceitos e definições metodológicas conforme aponta os Autores (Mantoan (2009) Scotto (2014) e Santiago (2003) referente ao estudo sobre Educação Inclusiva.

A justificativa deste contexto é referente à inclusão social e a necessidade do mesmo nas escolas requer uma reflexão diante do que temos hoje no nosso país, debates que convergem e divergem opiniões sobre a inclusão social nas escolas referente a crianças e adolescentes com necessidades especiais e ou deficientes físicos. Também é fato apresentar leis que rege uma conduta favorável a política de inclusão, visto que ainda se faz necessário muita implantação e ampliação de programas e projetos que venha auxiliar e culminar um ao outro elevando um trabalho eficiente ao mesmo.

2. JUSTIFICATIVA

A escola vista como um ambiente sócio-educativo favorece a sociedade nos quesitos cidadania, e dignidade humana. Além de culminar esses itens relevantes se dirigem a direitos e uma conveniência que constituem respeito mútuo, ou seja, ser um cidadão crítico e ser consciente em relação à adversidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da um exemplo significativo da questão educacional e de seus fundamentos que se constituem a pessoa humana, com e ou sem danos psíquicos e ou algum tipo de deficiência física. Diante desses aspectos vejamos o que diz à (DUDH).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe que cada indivíduo ou sociedade se empenhe, “através do ensino e da educação”, em promover os direitos e liberdades nela garantidos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Falar da escola como um todo é perceber a dimensão e a evolução da política educacional ao longo dos anos, direitos que foram estabelecidos para uma sociedade cuja formalidade delimitava espaço para demais crianças e adolescentes em questão. Reconhecer que nos dias atuais diante de tantos pleitos, movimentos sociais atualização de leis complementares formaliza o direitos a inclusão social na escola.

Falar de inclusão social e da necessidade do mesmo nas escolas requer uma reflexão diante do que temos hoje no nosso país, debates que convergem e divergem opiniões sobre a inclusão social nas escolas referente a crianças e adolescentes com necessidades especiais e ou deficientes físicos.

De acordo com Sasaki (1999), fala da “inclusão social” como um novo paradigma, o caminho ideal para se construir uma sociedade para todos e que por ele lutam para que possamos – juntos na diversidade humana – cumprir nossos deveres de cidadania e nos beneficiar dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento.

Afirmam que “a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”, esta é a mensagem claramente transmitida pela Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais. (KARAGIANNIS E STAINBACK 1999, p. 21).

Pode se dizer também que “Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder receber em seus sistemas sociais, cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem sido privados do acesso aos seus direitos fundamentais”. (PAULA, 2004, p. 93, apud, CRISTINA, 2012).

Estes autores entram em uma discussão que interage no contexto das necessidades educacionais em abrangência para todos os alunos, sem debater sobre o discurso que existe uma população carente, com um índice de vulnerabilidade e exclusão social, este retrato da sociedade ainda está em constante transição para subtrair a questão social que envolve nosso país.

Segundo Salomão, (2006, p. 1) Maria Tereza Eglér Mantoan alerta sobre algumas situações discriminatórias contidas em programas de inclusão escolar, que deveriam basear-se na justiça para todos. A inclusão segundo a autora é uma denuncia sobre a homogeneização estabelecida pelo sistema escolar, sem levar em conta as diferenças peculiares de cada um, aumentando a desigualdade social em favor da exclusão. Refletindo sobre as diferenças, biológicas e sociais, afirma a necessidade de diferenças sociais serem eliminadas.

Destarte temos um conceito fundamentalmente reflexivo e coerente a uma visão preconceituosa da sociedade, isto significa que ainda falta um preparo tanto nas escolas, como na sociedade para receber este aluno/a que a lei o acoberta nas diretrizes que conceitua educação para todos. Também capacitar o professor em menção a se adequar ao ensino que não fuja dos parâmetros estabelecidos pela LDB.

É na Educação Inclusiva que se atende esses alunos com qualidade, mas tem que dar condições e formação aos profissionais também, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam corretamente. Ao longo de todo o processo, a maioria dos profissionais envolvidos na educação não sabe ou desdenham a importância e a diferença da educação especial e a educação inclusiva. (NASCIMENTO, 2012, p. 4)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca princípios e diretrizes que fundamenta a política educacional, inova conceitos que envolvem a família, sociedade e o Estado. A mesma compreende em seu objetivo a necessidade de proporcionar o exercício a cidadania.

A LDB/96 no cap. V art.58 e 59 define a modalidade da educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB/96, p. 33)

Estes artigos da LDB se referem a todo conteúdo a ser estudado e desenvolvido nesta pesquisa bibliográfica, pautados em autores e co-autores que tem uma visão qualificada do processo inclusivo de alunos nas escolas atendidas socialmente pelo ensino regular, fundamentando a educação especial que foi citada na lei supracitada, logo existem outros mecanismos e leis que aderem ao procedimento de inclusão nas escolas.

De acordo com o Ministério da Educação o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais

supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069/90 no Art. 53. Diz que: a criança e o adolescente portadores de deficiência têm direitos ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Em (2003) o MEC implementa o programa Educação Inclusiva, um vislumbre ao sistema educacional, com direito a adversidade e uma garantia ao direito da acessibilidade a educação especial. Em (2007) é anunciado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o mesmo implementa múltiplos recursos e o acesso a assistência social com direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Censo Escolar/INEP de (2005) demonstra que a atuação deste programa tem proporcionado melhores condições de acesso e permanência na escolarização para alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas e classes comuns da rede regular de ensino, e registram o crescimento da matrícula

de alunos com necessidades educacionais especiais, que passaram de 337.326 alunos, em 1998, para 640.317 em 2005. Destaca-se também o aumento da participação da esfera pública na educação de alunos com necessidades educacionais especiais, que atualmente registra 60% (383.488) das 640.317 matrículas. [...]. (MEC, 2005 apud PIRES, 2008).

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral.

Analisar a Educação Inclusiva na perspectiva da Inclusão Escolar.

3.1.1. Objetivos específicos.

Discorrer sobre a educação inclusiva como um projeto acessível e social;

Refletir sobre os aspectos e contextos históricos da Educação Inclusiva, descrever a necessidade da educação Especial nos tempos atuais nas escolas;

Descrever a necessidade da educação Especial nos tempos atuais nas escolas;

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Educação do ensino regular

Historicamente a escola delimita uma visão do contexto educacional, um sinônimo de escolarização que diferencia práticas educacionais, técnicas e metodologias desenvolvidas, configurando-se na dimensão de que uma educação complementa a outra, e que os alunos têm uma escolarização definida para o desenvolvimento do seu futuro. A escola evidencia um modelo de acesso democrático que antes não existia, destarte a atualidade busca abrangências de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular como um direito fundamentado a igualdade social.

A garantia de direitos apresenta uma nova conduta diante da educação e escolarização no processo de mediar à inclusão do aluno na escola. A escola é um ambiente de livre acesso que condensa a educação pelos parâmetros educacionais e pelas legislações correspondentes que pleiteiam na câmara dos deputados. A mesma não pode ser vista como uma instituição preconceituosa e ou com indícios de fracassos por não se adequar as circunstâncias que a sociedade submerge diante da natureza e do processo critico que é a cidadania, pelo contrario a escola tem o dever de formar cidadãos para o enfrentamento da adversidade.

O ensino regular traz em sua grade de atuação o ensino de educação infantil, educação do ensino fundamental I, II conseqüentemente elevando a educação do ensino médio e superior. Este compreende um elevado nível de propostas pedagógicas em uma variedade de níveis que pode ser alteradas quando se tem a inclusão de alunos com deficiência e ou alunos com uma atenção mais abrangente de necessidades especiais. As condições ao acesso e a permanência do aluno na escola durante suas atividades serão mantidas sem prejuízo ou qualquer tipo de dano.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) Todas as crianças, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ter assegurado o seu direito de aprender no ensino regular, na série correspondente à sua faixa etária. Os professores da educação comum, em articulação com a educação especial, devem estabelecer estratégias pedagógicas e formativas, metodologias que favoreçam a aprendizagem e a participação desses alunos no contexto escolar. Deve-se ressaltar a necessidade da efetivação do acesso a educação infantil, de assegurar que todas as crianças possam participar de ambientes comuns, beneficiando-se deste processo. (MEC, 2016).

Infelizmente vivemos em um país capitalista, uma sociedade injusta e excludente que ainda impõem limites para o atendimento necessário, não apenas a educação, mas uma abrangência significativa que envolve as políticas públicas sociais.

De acordo com Mozzotta (1982) “os dispositivos legais serve de sustento as linha de ações estabelecidas pela política educacional”. Para favorecer o pensamento de Mozzotta a CF/88 afirma como fundamento à cidadania e dignidade a pessoa humana.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (CF/88, p. 43).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), “A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, a escola é local onde ele está inserido”. (BRASIL, 1997).

Segundo Carvalho (2009) a Declaração Mundial da Educação para todos e o Plano de Ação foi elaborada a partir da Conferência Internacional para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem, mais conhecida como EFA 2000, esta sigla significa em inglês: Education for ali, em 1990, em Jomtien na Tailândia. (WEDELI, 1990).“A educação tinha como definição uma função social.

Percebe-se que não existe um significado exclusivo para a educação”. Através de um plano de educação, seus princípios variam conforme o lugar, a época e as circunstâncias de um de um dado momento. A valorização da auto-expressão e da confiança do próprio homem levou o humanismo a torna-se um dos mais significados lances da educação.

A educação se constitui em uma tomada de posição explícita sobre a problemática educacional em todos os níveis, e não deve ser confundida com a administração escolar, organização de currículos e temas semelhantes. O que define uma abrangência relativa e significativa sobre a educação é que ela é um processo de desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, emocionais, intelectuais, espiritual, além da política, cultura, ética, moral e social, desde o instante que o ser humano vive e viverá. Assim o ser humano sobrevive às muitas fases simultâneas da vida no processo de aprendizagem.

Carvalho (2009) acredita que toda concentração tem que estar voltada aos princípios elementares que conduzem ao desafio dos educadores. Os pais devem conscientizar os filhos educadores, ensinar que na vida só se tem progresso se assumir a vida com coragem e determinação para tornar os sonhos em realidade. A educação é uma experiência própria, que envolve considerações éticas e em suas dimensões religiosas e morais. É também um instrumento poderoso tanto de liberdade individual como de estabilidade a sistema de governo. Vale ressaltar que está colocação de Carvalho (2009) especifica uma originalidade da realidade contemporânea, é um fato que materializa a educação ganhando força legalmente se expande ao futuro do cidadão.

Como já citado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96 (LDB), a Constituição Federal/88 (CF), Estatuto da Criança e do Adolescente/90 (ECA) entre outros mecanismos legais, consolida ações fundamentais de base da educação como um posicionamento abrangente de que toda criança e adolescente tenham direito e acesso a educação do ensino regular.

No intuito de reforçar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a idéia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar

preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos. (MIRANDA, 2003, p. 5-6).

A educação é uma realidade que não pode ser fingida é lei e contribui para inserção de alunos com necessidades especiais, ou seja, um direcionamento que busca para o avanço de uma educação de qualidade, assim promove um convívio espontâneo entre todas as crianças e adolescentes do sistema de ensino.

De acordo com Nascimento (2012) A inclusão escolar em escolas públicas tem gerado inúmeras discussões e controversas, que é comum ouvir que a Educação Especial passa por momentos críticos em todas as estâncias que permeiam: conceitual, nos aspectos das divergências, no aspecto da atribuição de competências, no aspecto da transição do modelo pedagógico, no aspecto da construção da prática pedagógica, no aspecto qualidade docente, no aspecto da educação para o trabalho e o fenômeno da globalização.

O suporte para o professor do ensino regular que recebe alunos com necessidades educacionais especiais, em sua sala de aula, deve ser ministrado pela Coordenação Pedagógica (ou equipe técnica, quando contar com uma), a qual deve ter conhecimento dos conteúdos curriculares, dos métodos de ensino, dos recursos didático-pedagógicos e estimular a criatividade do professor. A Coordenação Pedagógica deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade. (MEC, 2004, p. 23).

De acordo com Nascimento (2012) um dos grandes desafios que se coloca a escola inclusiva são a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como na formação, participação e formação de professores, ainda que se façam necessários programas de formação mais significativos para uma qualificação maior desses profissionais.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa de seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. (MANTOAN, 2005, p. 27).

A gestão escolar também faz parte da aplicabilidade dos segmentos constitucionais e legais através da gestão que o projeto político-pedagógico admite um trabalho em conjunto e criativo, além da sistematização, dinamismo e da técnica metodológica, as relações interpessoais são relevantes para unificar ações entre

família, escola e aluno, uma busca por um único objetivo que é efetivar o direito do aluno sem qualquer transtorno ou algum grau de dificuldade.

Na perspectiva dessa abordagem, não é difícil verificar como a escola pode contribuir para o sucesso ou o insucesso do aluno e, que através desses mecanismos forma-se o tipo de ser humano desejável para uma determinada sociedade. (NASCIMENTO, 2012).

A escola tem a responsabilidade de cumprir metas, objetivos no desenvolvimento do processo de escolarização, ou seja, o ensino-aprendizagem faz parte do objetivo específico da política educacional. Por tanto incluir um aluno com necessidades especiais é construir uma dimensão maior de responsabilidades, profissionalização, capacitação e uma política pedagógica flexível no âmbito escolar.

Os instrumentos para se atingir os objetivos da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais na escola são necessariamente o conhecimento das teorias educacionais e das propostas existentes neste sentido, e sua divulgação aos profissionais da Educação tais com os professores que estão mais perto desses alunos todos os dias, aprendendo e ensinando com os mesmos, para que ocorra a sensibilização e a conscientização da comunidade escolar. (NASCIMENTO, 2012, p. 7).

O ensino regular é a base que fundamenta a grade curricular e o histórico da vida de um aluno. Antes dos ajustes legais e pleitos aprovados na câmara dos deputados a integração do ensino especial formalizou uma prática individualista que deveria separar a educação especial do ensino regular, logo a educação inclusiva traz o aluno para o ensino regular diante de muitas lutas e conquistas a garantia de direito e de valores incluído a convivência a adversidade e a cidadania da criança e do adolescente, se torna Lei aos que rege um direito social.

4.1.1 Educação especial como um direito

Educação como um direito garantido, é possível ter hoje uma criança com necessidades especiais dentro da escola, além da CF/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que também garante este direito, à criança e o adolescente sem qualquer forma de preconceito está dentro da sala de aula convivendo com outros alunos de um modo formal, vale ressaltar que o debate ainda

continua por uma educação de qualidade e que garanta um futuro dessas pessoas inclusas hoje.

Para reconstruir a concepção de educação especial foram necessários alguns anos de história e de luta das pessoas atendidas por essa modalidade de ensino. A compreensão de que ela deveria ser mais do que a existência de recursos e métodos específicos, passando a ser concebida como “um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio” (...) “à disposição de todos os alunos”, é uma idéia, ainda, nova para a maioria dos educadores (MEC, 2000, apud SANTIAGO, 2003, p. 24).

É relevante o processo sócio-histórico da educação especial, a história traz inúmeros desafios marcados por lutas de pessoas com algum tipo de deficiência em busca de direitos que incluam dignidade, equidade e justiça social.

Álvaro De Vita, ao discutir os fundamentos dos direitos, discute a tese de que “Todos os seres humanos são portadores de determinados direitos, e de que isso tem implicações cruciais para o exercício legítimo da autoridade política em uma sociedade” (DE VITA, 1993, p. 7-8).

É bem verdade que nos séculos anteriores as pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, crianças e adolescentes não eram bem visto na sociedade, nem tinham razões de estarem em uma instituição de ensino, marcados pela exclusão, eram identificados como retardados, excepcionais e que não tinham condições de contribuir, e/ou conviver socialmente, principalmente está inserido no processo de escolarização, afinal se agravariam os problemas no que diz respeito à linguística, intelecto e a convivência social.

De acordo com Santiago (2003) a Educação Especial é marcada, desde o seu surgimento e durante o seu desenvolvimento institucional, pelo caráter paralelo ou de um subsistema no contexto do sistema geral de ensino, com a intenção de eliminar os problemas que as pessoas consideradas distantes do padrão estabelecido para a normalidade podiam causar ao ensino regular, instituindo para eles, uma nova modalidade de educação que os afasta das pessoas ditas normais. Predominando esse enfoque, as intervenções pretendidas com os alunos se distanciam em muito das ações de natureza pedagógica e apontam para a medicalização da pessoa deficiente, buscando a correção e a reabilitação: o modelo médico de atendimento, onde a deficiência é entendida como doença. Salienta-se, nessa abordagem, a exclusividade dos determinantes biológicos em detrimento dos sociais ou afetivos, além das baixas estimativas de tratamento dessas pessoas, o

que influenciou o olhar de descrédito e desestímulo das instituições que as atendiam.

De acordo com autores como Mazzotta (1996) e Ferreira (1995), a partir de meados do século XVIII e início do século XIX, as pessoas portadoras de deficiência continuavam isoladas da sociedade, de início nas igrejas e, mais tarde, em asilos ou em albergues. Só a partir do século XIX, influenciado pelos inúmeros progressos científicos desse período e pelo gosto que a humanidade desenvolveu pelo conhecimento e pensamento autônomo, surgiram as primeiras instituições residenciais para atender os portadores de deficiência. Inaugurou-se, portanto, o período que Sassaki (1997) identificou como o de segregação institucional. Essas instituições, segundo Ferreira *“Se fundavam na perspectiva de tratamento moral ou medicina moral, na linha de treino psicomotor, com imposição de hábitos regulares e freqüentes, como oposição à anomalia fisiológica”* (FERREIRA, 1995, p. 19).

Azevedo afirma que o projeto de uma determinada sociedade: “(...) É construído pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão e que, por isto, fazem chegar seus interesses até ao Estado (...) influenciando na formulação e implementação das políticas ou dos programas de ação” (AZEVEDO, 1997, p. 60 apud SANTIAGO, 2003, p. 36).

Destarte a evolução global, industrial e urbanista ampliou o desenvolvimento das mudanças e das características oriundas de um sistema opressor que conseqüentemente após anos a fio a educação começa a ser vista como um reconhecimento social, a população se amplia, as necessidades continuam a aumentar e a situação da necessidade de ter alunos especiais nas escolas também só aumenta, logo as teorias começam a mudar no que condiz a uma educação de qualidade e diversificada. Isto vai mudando e se definindo no final do século XIX, visando um novo direcionamento da política educacional.

As lutas por direitos civis, políticos e sócio-econômicos de vários grupos e setores da sociedade eclodem a partir de relações contraditórias e, por isso mesmo, fecundas ao espírito reflexivo e ao desenvolvimento da consciência política. O discurso pelos direitos sociais deu força para que os desfavorecidos e vitimados se organizassem em busca da satisfação de suas necessidades; da reivindicação, alguns direitos chegaram ao reconhecimento, especialmente nos chamados países desenvolvidos. (SANTIAGO, 2003, p. 40-41).

De acordo com o Ministério da Educação (1994) a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades,

realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O AEE foi criado para dar um suporte e facilitar a disponibilidade curricular ofertada ao sistema de ensino à educação especial. O mesmo é um Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008. Vejamos o que destaca o art. 1º.

Art.1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 1).

Segundo Mantoan (1996), no âmbito da educação especial, iniciou-se o período reconhecido como de integração escolar e social. Foi nesse período que proliferaram as classes especiais em diversos países do mundo.

O vislumbre social define alguns princípios que está intrínseco a garantia de direitos, logo estes princípios está fundamentado e serve de base para todo e qualquer tipo de direitos, encontramos nos marcos históricos, como CF/88 LDB/ entre outros já citados no contexto.

Apesar de observar, na LDB, uma nova expressão para referir-se ao aluno deficiente, através do conceito de educandos portadores de necessidades

especiais, sobra espaço para uma interpretação ainda repleta de ambiguidades quanto à normalidade e à diferença, ao preconceito e ao descrédito, demonstrados a partir da idéia de uma modalidade de ensino para eles e a ineficácia de uma educação única que atenda a todos. Tal evidência se expressa, de forma mais clara, no Art. 59, em todos os seus itens, na medida em que pretende assegurar todo um tratamento específico aos educandos com necessidades especiais, desde o currículo, passando pelos métodos e técnicas e os recursos educativos. De alguma forma, ainda sobrevivem os resquícios das décadas anteriores, carregadas de uma compreensão ainda tecnicista e reducionista e menos política (MAZZOTTA, 1996, p. 23).

Segundo Ferreira, (1995).

Procedimentos especializados e procedimentos normativos são em princípio, 'logicamente contraditórios'. Quanto mais se recorre a procedimentos especiais (currículo, materiais, técnicas, etc.) para promover a normalização, menos 'normal' é a aparência do processo (FERREIRA, 1995, p. 69).

A complexidade das questões educativas, em geral, e da educação inclusiva, em particular, justifica a adoção de uma abordagem de inspiração multirreferencial, que propõe a leitura plural da realidade fazendo uso da concorrência de referências distintas que devem guardar suas respectivas independências enquanto contribuições à compreensão polissêmica do objeto seja ele prático ou teórico (SAMPAIO, 2002).

Para subsidiar nossas reflexões, reportamo-nos às contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky e da psicanálise, buscando sua articulação com a questão da educação inclusiva. Em relação à psicologia histórico-cultural, destacamos três aspectos: a importância da heterogeneidade na sala de aula, o papel mediador do professor e a abordagem de Vygotsky (1997) sobre a questão da deficiência através da defectologia. (DÍAZ, 2009).

De acordo com Santiago (2003) a assistência e o direito expressam um debate de grande importância para as pessoas portadoras de necessidades especiais no Brasil, pelo menos, por dois motivos. Primeiro, pelo que, efetivamente, representa para esses indivíduos na conquista da cidadania e, segundo, por legitimarem um espaço essencialmente segregador para essa demanda da população.

Mesmo recebendo alguma forma de atendimento (...) continuam imensas dificuldades de integração no meio social, consubstanciadas na

impossibilidade de alcançar níveis mais elevados de escolarização, de obter ocupação profissional minimamente satisfatória e de se constituir como cidadãos a quem são exigidos deveres, em contrapartida ao respeito aos seus direitos (BUENO, 1993, p. 17).

As políticas devem assegurar o respeito às diferenças, o combate ao racismo, preconceito, discriminação e intolerância, além de garantir educação inclusiva e a formação de profissionais “voltada para a educação das relações étnico-raciais, educação quilombola, educação indígena, educação ambiental, do campo, das pessoas com deficiência, de gênero e orientação sexual, com recursos públicos”. É preciso também avaliar, monitorar e aperfeiçoar as políticas de ação afirmativa, implementar políticas de pesquisa e pós-graduação sobre os temas agrupados no eixo, formular outras específicas para a construção de material didático na perspectiva da diversidade e para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho (CONAE, op. cit., p. 129). Por fim, deve haver garantias por meio de vinculações especificadas em lei, da obrigatoriedade de apoio financeiro às políticas de diversidade, trabalho e inclusão social (idem, *ibid.*, p. 130, apud, Pietro, 2010).

O atendimento a esse alunado deve contar com apoios de “parcerias com órgãos governamentais e não governamentais” também para “promover (...) serviços de saúde, assistência social, justiça e trabalho”; e suas demandas educacionais devem ser contempladas por meio de “parcerias com a saúde, ação social e cidadania”, que se constituam como “redes de apoio aos sistemas educacionais” (PIETRO, 2010, p. 10).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seus principais artigos referencia dados que direcionam a política inclusiva e o atendimento direto as necessidades que envolvam a criança e o adolescente. Vejamos alguns destaques:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990, p. 9-10).

Já descritos alguns comentários e citações a respeito do direito exclusivo da criança e do adolescente estes artigos do ECA, destacam o primordial para garantia dos direitos conquistado ao longo dos anos para todas as crianças e adolescentes. Ainda submete a extensão de articuladores que garantem a lei em seus dispositivo e conduta legal.

O ministério público é um articulador que viabiliza ações e proposta legais inerente ao público alvo. No Art. 57. O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório. (ECA, 1990, p. 35).

Importamos para este artigo onde o mesmo responde a uma pergunta social inerente a inclusão social, vale ressaltar que Ministério Público, governo e MEC, tende a uma parceria que valida esta ação. Afinal o MEC e seus colaboradores viabilizam o sistema de acordo com as leis e diretrizes educacionais.

Ainda dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente ascendente a PARTE ESPECIAL do TÍTULO I DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO no CAPÍTULO das DISPOSIÇÕES GERAIS, veremos que é intrínseco está ligação para o funcionamento das leis e diretrizes optantes para o ensino regular aderir à política da educação inclusiva. Vejamos:

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I políticas sociais básicas;

II políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes, desaparecidos;

V proteção jurídico social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. (ECA, 1990, p. 41).

De acordo com estudos de Fortes (2005) é através de instituições de ensino regular que as atitudes discriminatórias se devem combater, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma reeducação para todos.

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência. (DIAZ, 2009, p. 28).

A política da educação inclusiva, como um projeto bem elaborado e articulado no seu desenvolvimento, para atender uma demanda necessária exige não apenas de um reforço constitucional, ou seja, leis, emendas decretos entre outros, mas de uma preparação física e estruturada no ambiente, não apenas nas escolas, mas em cada município ou região que ofereça esta ação.

Devido a um grande número de exigências que devem ser atendidas para que alunos com necessidades especiais possam efetivamente desenvolver seu conhecimento em escolas regulares do ensino básico, estas, em função de sua realidade sócio-cultural, enfrentam sérias dificuldades para atender a todas as especificidades. Dentre elas estão: tipos de atendimentos diferenciados como apoio pedagógico especializado que se constitui de atividades e recursos diferenciados; atendimento pedagógico domiciliar; classe hospitalar e estimulação precoce que se caracteriza pelo emprego de estratégias de estimulação para o desenvolvimento físico, sensorio-perceptivo, motor, sócio-afetivo, cognitivo e da linguagem. (SEESP 2005, P. 11-12).

4.1.2 Educação inclusiva

O que é inclusão?

Visto que a inclusão é como um sistema de diferenças que caracterizam uma pessoa da outra, mostrando que existe a adversidade e que não somos iguais, diferentes ou não temos direito a equidade social. É sabido que a inclusão é um processo histórico e político não apenas educacional, mas amplia as políticas públicas e sociais para esta população que está sendo incluída.

De acordo com Mantoan (2005) é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental,

para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

A educação de criança com necessidades especiais é uma tarefa complexa trazendo um novo modelo educacional, trabalhar a inclusão não se trata de uma tarefa impossível, no entanto é necessário que os educadores sejam devidamente capacitados. No Brasil nas últimas décadas aconteceram várias mudanças nos Currículos escolares, nas leis de acessibilidade criando um novo modelo educativo a Educação Inclusiva. Os conceitos de inclusão ainda são muito pouco compreendidos, o que tem dificultado a educação de crianças com necessidades especiais no ensino regular.

Mantoan (2006) define o termo inclusão como a capacidade de entender e reconhecer o outro e assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que tenham comprometimento mental, para os superdotados, para as minorias e para as crianças que é discriminada por qualquer outro motivo. O conceito mais amplo a educação inclusiva, caracteriza-se com uma política de justiça social que atinge alunos com necessidades especiais que é a Declaração de Salamanca.

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças e de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizados (BRASIL, 2006, p. 17-18).

Segundo Scotto (2016) educação Inclusiva exige o atendimento de necessidades Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa-escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço

coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança

Diante deste conceito, inclusão é o reconhecimento das diferenças na participação do sujeito, decorre um processo de organização e identificação dos processos que operam na produção e na regulação das desigualdades. Na perspectiva educacional, a inclusão trás novas transformações não se limita em ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, porém apóia a todos: alunos, professores, profissionais administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A literatura evidencia que no cotidiano da escola os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas salas de aula regulares vivem uma situação de experiência escolar precária ficando quase sempre à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, porque muito pouco de especial é realizado em relação às características de sua diferença. As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional. (MIRANDA, 2003, p. 6-7).

A escola inclusiva não é feita de boas intenções, é constituída de ações concretas, que permitam a todas as crianças o aprendizado. Aquele que, em seu processo de escolarização, por diferentes razões, apresentam condições de aprendizagem, demandando que as escolas e os sistemas de ensino criem condições que garantam o seu acesso, sua permanência e sua aprendizagem com qualidade social. Esses alunos devem ser considerados em suas possibilidades de aprendizagem e não em suas condições de desvantagem. Dessas condições, devem decorrer práticas pedagógicas inclusivas, ou seja, prática que sejam facilitadoras do acesso ao conhecimento.

Segundo Mantoan (2005) em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Diferentemente do que muitos possam

pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve discutir o motivo de tanta repetência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Como as atividades são selecionadas e planejadas para que todos aprendam? Atualmente, muitas escolas diversificam o programa, mas esperam que no fim das contas todos tenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não.

Uma sociedade é formada por indivíduos, seres humanos concretos, com suas especificidades, suas diferenças, seus sonhos, suas necessidades materiais ou não, seus projetos de vida. E a escola deve, em certa medida, atender a essas demandas individuais, como deve também criar outras. Noutros termos, a escola deve ser o ponto de encontro, o ponto de equilíbrio, entre diversos projetos, tanto coletivos, quanto individuais. (É um espaço de gestação de um novo mundo, como bem destaca A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento. (KUENZER, 2006* apud, DÍAZ, 2009, p. 46).

Trata-se de pensar em uma escola que estabeleça condições de educabilidade para todos e que necessariamente passa pela formação inicial e continuada tanto de profissionais da educação especializados quanto de professores generalistas. Em uma perspectiva ampla, conforme preconizada pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), os alunos com necessidades educacionais especiais deveriam frequentar as escolas comuns de ensino que acomodariam educacionais especiais deveriam frequentar as escolas comuns de ensino que acomodariam todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais e linguísticas (BRASIL, 1994).

Segundo Santiago (2013), inclusão é um termo que exige uma explicitação clara de seu significado, contorno e limite dentro do campo do conhecimento social. O uso desse conceito é cada vez mais frequente e diferenciado de acordo com o contexto em que se insere, de forma que se faz necessário pontuar a partir de qual enfoque está sendo utilizada essa expressão.

Na literatura contemporânea, a palavra inclusão aparece sob os mais diversos enfoques e vinculada às mais variadas teorias.

De acordo com Santiago (2003) desde o âmbito das formulações atinentes à categoria de classes sociais até as concepções de etnia, é fácil encontrar esse conceito subjacente ao debate e, algumas vezes, desvelando o caráter contraditório das interações humanas. Esse termo, bem como as concepções que consegue expressar, também se faz presente no debate sobre o pluralismo cultural e a diversidade na educação e aparece como referência de inúmeras pesquisas que focalizam desde o preconceito racial a discriminação das pessoas com deficiências, passando, sem dúvida por outras formas de discriminação e de preconceito.

De acordo o MEC (1998) a Educação inclusiva em seu contexto histórico perpassa por um grande movimento da sociedade mundial. Para que se perceba que as escolas especiais são as responsáveis pelo desenvolvimento da inclusão, é importante com textualizar a mesma desde seus princípios até os dias atuais. No trajeto da pedagogia houve modificações as quais são desenvolvidas em busca de conhecimentos das diferenças. Neste sentido, a constituição afirma que os indivíduos que apresentam deficiência têm prioridade no ensino regular.

Mantoan (2006) adentra o paradigma da inclusão, discorrendo sobre a necessidade de se traçar uma nova organização da instituição escolar, com vista ao pleno acolhimento das diferenças. Salientando que nem todas as diferenças inferiorizam as pessoas, conclui o texto defendendo o direito de sermos diferentes e iguais: diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e iguais quando a diferença nos inferioriza. Nesse contexto, situa a inclusão como produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Sua leitura e discussão poderão dar subsídios para se reorganizar os espaços, tempos e relações na instituição escolar, na busca de uma escola aberta às diferenças.

Segundo a professora e Doutora Leny Magalhães da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, diz que a Educação inclusiva deu-se início nos Estados Unidos, através da Lei Pública 94.142, de 1975, e foi implementada a duas décadas. Existem programas e projetos ligados a educação inclusiva nos Estados Unidos. (SATAINBAKE, 1999).

Segundo Mantoan (2006) em 1990, surgiram os primeiros movimentos no Brasil e a escola teve como princípio fundamental do atendimento educacional a inserção incondicional de todos os alunos. Esse movimento que veio comparar nas áreas da Educação e da reabilitação, que é conhecida como Teoria do Meio Menos

Restritivo passível, onde seus serviços estão baseados segregados de atendimento e de solicitação do desenvolvimento humano em seus aspectos diferenciados, inclusive o escolar.

A primeira, Teoria do Meio Menos Restritivo passível fundamenta-se a chamada integração escolar e preconiza a inserção do aluno com deficiência, mas condicionada às duas possibilidades de corresponder às expectativas e exigências de um ambiente considerado regular, normal, ao qual a maioria dos estudantes, consegue se adaptar.

Para Mantoan (2006) a segunda Teoria do Meio mais Favorável Passível embasa a inclusão escolar e implica a criação de espaços educacionais abertos, em que as diferenças são a mola que impulsiona os educadores, os especialistas, os pais, os especialistas, as crianças e a sociedade em geral a mudarem comportamentos, ideias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos.

No Estado da Califórnia nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142 de 1975, o departamento de educação inclusiva iniciou uma política para dar suporte às escolas inclusiva. Suporte esses na área da informática direcionada a uma política de telecomunicações centrada no aumento da rede de informações onde todos têm o mesmo direito. Vale salientar que os movimentos pela sociedade inclusiva são internacionais, pois cerca de quinze milhões de brasileiros portadores de deficiência estão esperando por uma oportunidade de ter seu direito pleno na vida em sociedade, sem deixar de perceber que o Brasil estar engajado nesta luta.

Independente das diferenças individuais é necessário reconhecer que, a proposta de educação inclusiva foi desencadeada pela Declaração de Salamanca, que em 1994 aclamou perante outros princípios o direito de que a educação fosse para todos.

A constituição federal de 1988 reconhece a importância do direito fundamental á educação ao prescrevê-lo em seu artigo 205, como um direito de todas as pessoas, é considerado imprescindível ao pleno desenvolvimento do ser humano, e conseqüentemente seu preparo para o exercício da cidadania e á qualificação profissional.

Carvalho (2004) declara que a implantação e a formulação de políticas que estão voltadas para a integração de pessoas com deficiências têm sido introduzidas por uma série de recomendações, de documentos contendo

declaração e normas judiciais nacionais e internacionais envolvidas com a temática da deficiência.

No entanto não se deve negar que a luta pela integração social do aluno que apresenta deficiência foi realmente um avanço social muito importante, pois teve o mérito de inserir esse aluno na sociedade de forma satisfatória, se comparar aos tempos anteriores.

Como foi visto, o histórico da inclusão veio para avançar em um caminho de respeito às diversidade e igualdade social, através do conjunto de associação integradores, construindo um ensino qualificado de crianças com deficiência, desta forma, diminui a discriminação, aumentando o compromisso pedagógico, inovando para atender as diversidades, social econômica, cultural e intelectual.

De acordo com Díaz (2009) a sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

Figura 01 - Cinco dimensões da inclusão



Fonte: Revista escola

A atuação dos professores da educação com as crianças com necessidades educacionais especiais se dá em um complexo cenário que pode ser definido pelas cinco dimensões abaixo:

- **Políticas públicas:** Criar o tema e obter decisões judiciais para concretizar o direito à Educação.
- **Gestão escolar:** Incluir o tema em planos de ação e no projeto político-pedagógico (PPP)
- **Parcerias:** Buscar atores externos para dar apoio aos processos ligados à questão.
- **Família:** Fortalecer a relação com a escola de modo a favorecer a criança com Necessidades Educativas Especiais(NEE).
- **Estratégias pedagógicas:** Buscar práticas voltadas ao ensino e à aprendizagem (Fonte: Nova Escola).

O ponto cinco (estratégias pedagógicas) ressalta que o profissional da educação, mesmo com seus conhecimentos e reflexões e também demonstrando

seu apoio ao aluno, jamais é viável desenvolver suas estratégias sozinho, deve existir uma parceria entre equipe escolar e a família, buscando compreender e solucionar as dificuldades que enfrentam.

Para que haja soluções, o ponto fundamental é estar juntos para compartilhar, cooperar e entendê-lo como um ser capaz de obter conhecimentos dentro de suas limitações. Nessa perspectiva, a educação inclusiva é promover ou mobilizar todos, não depende só do professor.

Não se trata de para incluir, abrir mão de educar e sim de um novo educar que observa o ótimo de cada um, no nível ou limite em que pode se expressar, aqui e agora. “A inclusão pressupõe ampla transformação de estruturas e processos da rede de ensino. Para viabilizá-la, é imprescindível o envolvimento das diversas dimensões: políticas públicas, gestão escolar, parcerias, família, e estratégias pedagógicas, que interferem na comunidade escolar”, explica Rodrigo Mendes, diretor do instituto que leva seu nome e produziu o digrama acima, mostrando a responsabilidade de cada área.

Depois de algumas leis serem implantadas houve mais respeito pela educação. O acesso ficou mais visível. Devido a este fato que ocorreu, a modificação do cenário da educação mundial fica por conta da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, deu-se esse nome porque foi elaborada na cidade de Salamanca. (BRASIL, 1994).

A declaração tem como a necessidade da inclusão educacional daqueles indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais (Salamanca, 1994). Foi também criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas para atender a todos de modo igualitário sem discriminar condições sociais, pessoais, religiosas, econômicas e culturais.

De acordo com essa declaração, ficou defendido primordialmente que os projetos pedagógicos das escolas adequem as necessidades especiais apresentadas pelos alunos nela matriculados, como diz a Declaração de Salamanca (art. 11º, p. 13) “O planejamento educativo elaborado pelos governos, deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições, através de escolas públicas e privadas”. (BRASIL, 1994). Desta forma as pessoas consideradas sem deficiência e as com deficiência seguem os princípios da inclusão por funções da convivência escolar.

O principio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças e de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizados (BRASIL, 2006, P. 17-18).

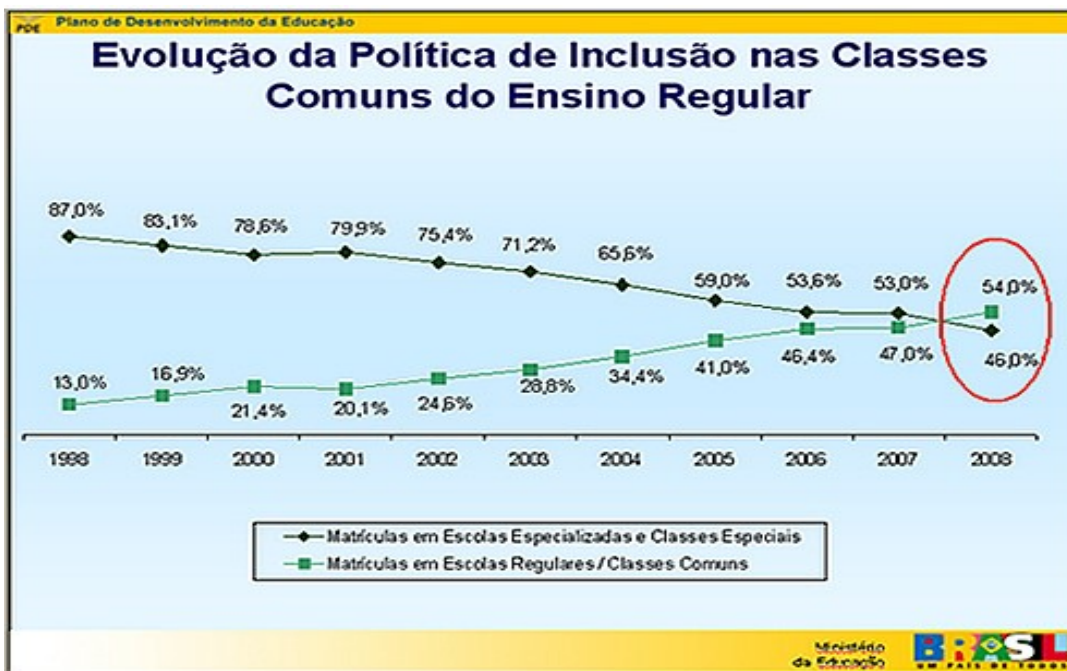
Com isso, a Declaração de Salamanca se iguala aos direitos de que todos os alunos têm garantida uma educação de qualidade e que todos têm as mesmas oportunidades marcadas pela igualdade e participação entre si. Diante daqueles alunos que apresentam necessidades especiais, a escola tem o dever de orientar suas atividades pedagógicas com projeto que venha desenvolver sua maneira passiva sua temática, no qual venha ser trabalhada de diferentes formas de ensino, conteúdos e avaliações do processo de ensino-aprendizagem, em especial com aqueles alunos que apresentem alguma necessidade educacional (BRASIL, 1994).

Os Professores que lecionam em uma escola inclusiva, devem ter a obrigação de conhecer profundamente todas as limitações e possibilidades dos alunos que apresentam idades educacionais especiais. Só assim, com tudo busca-se uma sociedade mais humana, e que esteja preocupado com o próximo e que jamais deixe de respeitar as diferenças.

Sabe-se que as leis existem, e que no Brasil elas foram bem organizadas e bem escritas, mas quando são para serem sobrepostas à prática torna-se um questionamento e se percebe que sua aplicabilidade não condiz a legislação vigente.

De acordo com o que já foi abordado temos dados e registros pelo Ministério da Educação (MEC) que há uma evolução no que corresponde a inclusão no ensino regular, vejam o gráfico e sua demonstração.

Gráfico 1. Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular



Fonte: Ministério da educação, 2016.

Mesmo com um índice alto de adequações para suprir as necessidades dos alunos inclusos em salas de aula, vemos uma evolução bastante satisfatória no ensino regular correspondente a este ato. O MEC vem em sua política trabalhada em parceria para atender este público específico, isto que o gráfico aponta um aumento significativo em (2008), dessa forma é notório que existe uma parceria mutua em que vínculos qualificados sejam aproveitados no sentido de futuramente unificar uma turma sem qualquer tipo de separação e ou discriminação educacional.

De acordo com a declaração de Salamanca conclui-se que, é a educação e a proposta pedagógica que deve se adequar a adversidade e ao sistema educativo diferenciado. Com isto vejamos propostas e projetos governamentais que envolvem a educação inclusiva.

Atualmente, o Governo Federal junto com o MEC (Ministério da Educação), vem atuando na educação através de projetos, programas e ações, que buscam a efetiva inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais no mundo do trabalho, da escola, e da sociedade como um todo. Dentre eles estão:

- Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade
- Apoio à Educação de Alunos com Deficiência Visual
- Apoio à Educação de Alunos com Surdez e Deficiência Auditiva
- Apoio à Educação Infantil
- Apoio à Educação Profissional
- Apoio Técnico e Pedagógico aos Sistemas de Ensino

- Programa de Apoio à Educação Especial PROESP
- Projeto Educar na Diversidade
- Programa INCLUIR Igualdade de oportunidades para estudantes com deficiências nas IFES. (MEC, apud, PIRES, 2008).

A mobilização nacional luta por uma educação de qualidade e uma nova perspectiva de inclusão social no que diz respeito à equidade, ou seja, igualdade de direito efetivados por suas explícitas leis relacionadas principalmente ao que condiz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre outras legalidades. A sistematização de novas implementações e implantações de projetos pedagógicos educacionais, está articulada em congressos de educação, debates políticos entre outros, logo as diretrizes e leis são arcabouços e mecanismos legais que inseridos a um desenvolvimento linear são somados a um resultado público referente a política da educação inclusiva social nas escolas.

De acordo com Pietro (2010) destaca que entre as “grandes bandeiras” da CONAE 2010 encontra-se a defortalecer as medidas de inclusão, com diferentes adjetivações (“social”, “no processo educacional”, “de pessoas com deficiência”, “digitais”), associando-as ao fim das desigualdades sociais e das educacionais ou a igualdade social, qualidade de vida e qualidade social.

É sabido que as necessidades e circunstâncias sociais são vistas como barreiras mediante ao processo de garantia, é uma busca e uma luta constante não apenas para conseguir driblar as discriminações e ou preconceitos, mas também o fato de educar uma sociedade excludente, capitalista e opressora de seus direito. Destarte não é apenas uma parceria que vai envolver todo um sistema educacional inclusivo e sim toda uma sociedade.

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Todos sabem, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas possivelmente acabarão nele. O radicalismo da inclusão vem de fato exigir uma mudança de paradigma educacional, à qual já nos referimos. Na perspectiva de o especial da educação, a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassam em suas salas de aula. (MANTOAN, 2003, p.20).

A integração é um processo democrático e os movimentos sociais políticos vem lutando para um direito integrado da política de inclusão social em sua totalidade. O perfil de uma sociedade excludente e de uma educação parcial traz inúmeros destaques sociais que diversifica opiniões e modifica o cenário educacional, tal cenário destaca economia, cultura, vulnerabilidade social, religião, entre outros, são essas diferenças sociais que manipulam muitos serviços por conta de ainda existir uma sociedade excludente, e/ou que precisa rever seus conceitos sociais.

De acordo com MEC (2007) a escola precisa mudar e não os alunos e as alunas. Ela precisa ser ressignificada de acordo com o paradigma de ética, cidadania e democracia que sustenta os movimentos inclusivos. Tais mudanças, concomitantes àquelas porque passa a sociedade em geral, supõem uma abertura à pluralidade e à diversidade das pessoas que convivem nos espaços educativos, dirigindo o foco dos conteúdos, dos métodos e das relações humanas para a aprendizagem dos estudantes e não apenas para o ensino de temáticas descontextualizadas da sociedade contemporânea e de suas vidas.

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotularos alunos como PNEE, como deficientes. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das desigualdades e diferenças que sustentam a "normalização". Esse processo – a normalização– pelo qual a educação especial tem proclamado o seu poder propõe sutilmente, com base em características devidamente selecionadas como positivas, a eleição arbitrária de uma identidade "normal" como um padrão de hierarquização e de avaliação de alunos, de pessoas. Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la. (MANTOAN, 2003, p. 15).

No que rege ao sistema de parcerias para emancipação dos alunos com necessidades especiais envolvidos na educação inclusiva, não se detém apenas a educação básica, mas amplia até ao mercado de trabalho. Pires (2008) destaca que articulação com a Rede Federal de Educação Tecnológica, para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de qualificação profissional e nos cursos técnicos e tecnológicos, com vistas ao ingresso no mercado de trabalho. Articulação com o Sistema "S" (SENAI, SENAC, SENAR,

SENAT, SEBRAE, SESI) com as ONGs e demais escolas de educação profissional para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de qualificação profissional.

4.1.3. O Papel do professor na educação inclusiva

O professor enquanto mediador, instrutor do saber, tem um papel fundamental na política da educação inclusiva, destaca o profissional ter uma boa qualificação para compreender a dinâmica pedagógica que consiste no sistema da educação inclusiva na escola.

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação. (MANTOAN, 2005).

A educação está inserida em qualquer ambiente, seja nas escolas, nas famílias, nas indústrias, nos hospitais, em todos os lugares do nosso universo. Freire afirma que: “ensinar não é transmitir conhecimentos, mais criar possibilidades para sua potencialização para sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1999. 25).

Nessa consideração, deve-se compreender a educação como um processo flexível e dinâmico, desenvolver suas capacidades, decidir sobre seus objetivos e ações. Assim possibilitando ao ser humano interagir diretamente com a sociedade.

Percebe-se que a procedência educativa, é indispensável elevar-se a capacidade crítica de todos os professores. Considera-se que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiça e de desigualdades que são necessárias modificações. Diante dessa consideração, Carvalho, diz que a “transformação social é a transformação das condições concretas da vida dos homens.” (CARVALHO, 2004. p. 164).

Diante da necessidade de preparação adequada dos professores, está recomendado na declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e na atual Lei de

Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras.

Com a Declaração de Salamanca, os princípios da educação inclusiva ficaram mais eficazes, o movimento pela inclusão escolar é um tema ainda bastante discutido em todo o mundo, e no Brasil, o mesmo teve início a partir da participação do país nas conferências Mundial sobre Educação para todos, em Jomtien na Tailândia em 1990 (BRASIL, 1994).

Sendo assim, em meio a tantos obstáculos encontrados, o papel fundamental do professor é fazer com que as suas atitudes determinarão a qualidade da interação nas situações de ensino e que o aluno com deficiência possa está inserido dentro do contexto escolar e também que além da prática da educação inclusiva, faz-se necessário que o professor esteja preparado onde o mesmo poderá influenciar a maneira como os demais alunos irão interagir com aquele colega.

A implantação da Educação inclusiva tem se deparado a limites e dificuldades, em decorrência da falta de formação de professores para atender as necessidades educacionais dos alunos, além da precariedade da infra-estrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. É necessário que os professores estejam adaptados a promover a educação com o senso de formação e não como transmissão de conhecimentos para desempenharem seu papel de educador com qualidade.

A Noruega estar em destaque como nação campeão em desenvolvimento humano, e que e que também uma das líderes em Inclusão. A começar pelo próprio entendimento do termo, que diz respeito á adaptação das escolas para atender ás necessidades de aprendizagens de todos os alunos, isto é, para todos sem qualquer tipo de deficiência. Na educação Básica, dos seis aos quinze anos, oito em cada cem crianças recebem algum tipo de atenção especial, 96% delas em escolas regulares. Apesar disso, ainda há muito a evoluir.

Na opinião de Miriam Skjorten, especialista em necessidades educacionais especiais (NEE).

É preciso avançar na flexibilização ás atividades extracurriculares. As conquistas e os desafios do país europeu para fazer com que todos aprendam juntos no mesmo ambiente podem inspirar nossa busca de soluções. (SKJORTEN, 2014. P 18).

Independente da origem social, de um país de origem ou étnica, a escola é para todos. Para superar as dificuldades os alunos com necessidades Especiais de Aprendizagem recebem atendimentos individualizados.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação a dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 2004. p.52).

A qualificação profissional é essencial para o progresso da Educação Inclusiva “por que o profissional se policia diante de suas técnicas”. É imprescindível desenvolver programas de formação que venham qualificar os professores e também outros profissionais que trabalhem em Educação Inclusiva (MEC, 2001).

De acordo com Díaz, (2009) promover cursos de formação de professores (e não meros cursos de capacitação que muitas vezes não levam à reflexão necessária) na área de linguagem é um modo bem eficiente de se começar a tornar a escola um espaço mais inclusivo, porque ela (a linguagem) está em nós cotidianamente, organizando nossos pensamentos, sentimentos, emoções e opiniões. Noutros termos, a linguagem organiza nossa visão de mundo e nosso estar no mundo, quer sejamos portadores de necessidades especiais, que sejamos portadores de outras necessidades, como seres humanos inconclusos que todos somos. É por meio dela que nos comunicamos, por isso é relevante estudá-la e compreender seu papel no cotidiano e nas interações sociais.

Censurar os cursos de formação em educação e perceber os problemas abrangentes tem se tornado uma tarefa que infelizmente ainda se tem o que desenvolver para poder obter mudanças necessárias para poder almejar o nosso objetivo que é oferecer a todos uma educação de qualidade sem qualquer preconceito e discriminação. Sem deixar de reconhecer que a atualização que se precisa, já é primordial para iniciar um processo que tira da inovação e da acomodação e por essa inquietação gera movimentos de busca e de inovação.

“Desejo do professor e do aluno”: aquele que contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, a questionar, a relacionar-se com o objeto conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências. A escuta também é de ambos, principalmente do professor, eu diria. Principalmente do professor, eu diria, precisamos exercitar a escuta do que nos dizem nossos alunos, lembrando-nos que eles representam o melhor e o mais significativo recurso de que dispomos em sala de aula (CARVALHO, 2004, p. 162)

Na visão da autora, o preparo dos professores também se torna incandescente para inclusão desses alunos com deficiência e que necessitam de condutores com suporte de instrumento para suas habilidades a qual sendo considerados reconhecidos na formação profissional.

O professor da mesma forma, não procurará eliminar as diferenças em favor de uma suposta igualdade do alunado, que é tão almejada pelos que apregoam a falsa homogeneidade das salas de aula. Antes, estará atento à singularidade das vozes que compõem a turma, promovendo o diálogo entre elas, contrapondo-as, complementando-as. (MANTOAN, 2006, p. 53).

Como declara Mantoan (2006) à escola prepara o futuro, e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! Penso que o futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola para adequá-la aos novos tempos. A aparente fragilidade das pequenas iniciativas tem sido suficiente para enfrentar, com segurança e otimismo, o poder da velha e enferrujada máquina escolar.

Mantoan também amplia os conceitos referentes aos professores nos sentido de estarem preparados para enfrentar no seu cotidiano uma classe múltipla e com inúmeros desafios. Vejamos.

O argumento mais freqüente dos professores, quando resistem a inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. Por terem internalizado o papel de praticantes, os professores esperam que os formadores lhes ensinem a trabalhar na prática, com turmas de alunos heterogêneas, a partir de aulas, manuais, regras, transmitidos e conduzidos por formadores do mesmo modo como ensinam em sala de aula (MANTOAN, 2006, p.53-54).

O reflexo de uma sala de aula com alunos da política de inclusão educacional são alunos com necessidades específicas oriundas de uma atenção acolhedora, o professor desenvolve este papel, este projeto traz diferentes situações, personalidades e principalmente crianças que precisam de um atendimento especializado, dinâmico, motivador e metodologicamente pedagógico, fluido dos parâmetros básicos da LDB/MEC. Mantoan (2006)

reflete na questão do que é o professor envolvido em uma sala de aula múltipla, qual referencia significativa este professor tem para o aluno.

Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino. O fato de os professores fundamentarem suas práticas e seus argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que muitas vezes são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial (MANTOAN, 2006 p.55-56)

Pensar em educação é um processo que vem ocorrendo a bastante tempo, revelando-se até como algo inerente à sociedade. Afinal, é o compartilhamento de conhecimentos, através das diversas formas de linguagem, o que difere os seres humanos dos outros animais?

Refletir então sobre processos educacionais faz-se uma tarefa importantíssima, cuja base deveria palpar-se nos seguintes questionamentos: Concordamos com a lógica como se organiza a sociedade em que vivemos? Qual é, ou tem sido o papel da escola nesta sociedade? Reforçar valores capitalistas mesquinhos e cruéis como a competitividade e o individualismo, reproduzindo a desigualdade e exclusão social, ou valorizar a livre expressão; a cooperação; a autonomia, e o trabalho, a fim de resistir a esta lógica? (GAMA, 2007).

Fazendo das diferenças e da inclusão boas causas pelas quais lutar, o debate educacional tem se aprofundado, denunciando os limites e ambigüidades de diversos discursos em pauta nas discussões educacionais, atentando sempre para as ciladas nas quais muitas vezes caímos. Para não cair nas ciladas da igualdade e das diferenças “vale, contudo, a ressalva de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza e de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza.” (SOUZA SANTOS, 1995, apud, DONADON, 2007).

A transversalidade curricular vai emancipar um trabalho coletivo entre professor, aluno e família, é um trabalho que dispõe de propostas inovadoras e que relacione a realidade do aluno ao conteúdo curricular. É relevante conscientizar todos para uma sociedade de fato democrática, uma educação inclusiva referenciada com efeitos qualidade e notáveis, como também ter mais participação ativa de todos com efeitos de um controle social.

O aprender faz parte do ser humano. O ensino em sala de aula não é suficiente para comprovarmos que o aluno aprendeu. Como afirma Mantoan (2002) a escola foi idealizada e programada para ensinar grupos homogêneos de alunos, porém é preciso uma quebra de paradigma a fim de mudar a lógica da construção do conhecimento. O principal fator a ser mudado é o sentido do que é a aula, é preciso proporcionar aprendizagem e não treinamento. É fundamental uma pedagogia da alteridade, e que as diferenças possam ser o que nos completa e que as individualidades sejam respeitadas.

Para Garcia (1999), o que se buscam são idéias salvadoras, mas que nenhuma idéia é portadora de uma verdade absoluta. No entanto falta a consciência de que é preciso a construção de um homem solidário, fraterno, tolerante e aberto a novas experiências, estas que podem ser adquiridas no convívio com a coletividade, e não tentar se isolar como se dessas experiências com o outro não pudéssemos aprender absolutamente nada de novo ou de valor, preferindo a falsa e pobre liberdade atrás de um muro e grades de proteção ou até mesmo de um método que limita o conhecimento do educando a repetir padrões.

[...]uma educação orientada para a autenticidade, propõe condições e métodos para que ninguém seja mais excluído ou posto à margem da vida [...] que colocasse – o homem – em diálogo constante com o outro [...] teria de ser uma tentativa de constante mudança de atitude. (FREIRE, 1980, p.93).

As diferenças serão contínuas, os conflitos, a busca por novas alternativas são existentes e o que parte para o professor é a capacidade de aprender, de inovar, de saber ser, isso significa uma valorização com referencial e o reconhecimento profissional.

Segundo Miranda (2006, p. 7) “o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço.” No entanto, é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja mais respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas tanto por instituições públicas como por instituições privadas, aqui o

MEC deve estar acompanhando não apenas a autorização, mas o funcionamento das instituições.

[...] enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - por exemplo. (MIRANDA, 2006, p. 6).

Acentua, ainda, a necessidade de se impedir que o foco nas diferenças contribua para isolar grupos, para criar guetos e, conseqüentemente, para aumentar, na sociedade, a fragmentação que se quer eliminar. É preciso nos prevenir, sustenta, contra um novo *apartheid* cultural que, visando a criar igualdade, reafirme a separação. A história mostra-nos que igual desenvolvimento e separação jamais conseguiram coexistir. Com separação não há igualdades, há *apartheids*. “A igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem às coisas.” (SANTOS, 2001, p. 22).

5. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica com a finalidade de apresentar conceitos e definições metodológicas conforme aponta os Autores (Mantoan (2009) Scotto (2014) e Santiago (2003) referente ao estudo sobre Educação Inclusiva. Os autores deixam implícito que a inclusão é o acolhimento de pessoas sem exceção, refletindo sobre uma política que diz respeito à responsabilidade do governo do preparo dos profissionais de ensino para acolher e avaliar a necessidade do aluno diante de suas necessidades.

De acordo com Vergara (2008) “A pesquisa bibliográfica inclui o estudo de livros, revistas, jornais, meios eletrônicos, ou seja, tudo que seja acessível ao público em geral.” Vergara (2008).

A pesquisa possui abordagem qualitativa, pois tem como objetivo a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados, não apresentando métodos e técnicas estatísticas. Além disso, é um estudo de caso, mesmo que não tenha sido realizado em campo, pois está circunscrito a uma organização, um órgão público (MORESI, 2003).

É sabido que os dados obtidos nesta pesquisa bibliográfica informam uma análise qualitativa que realizada através de livros, recursos eletrônicos e legislações vem identificar a política da educação inclusiva e sua convergência e divergência no sentido de críticas ao auto desenvolvimento do/a aluno/a com necessidades especiais, visto também que alguns autores fomentam uma base que se apropriam da qualidade do direito para ampliar a demanda da inclusão social nas escolas.

Foi relevante a culminação dessa pesquisa, apresentando teorias objetivas e características de um trabalho social e político que diz respeito a uma sociedade em geral. Mesmo com limitações a política de inclusão social ainda trabalha para ampliar necessidades subjacentes, ou seja, que efetive os direitos em todas as escolas e a preparação profissional devida para receber o/a aluno/a com qualificação e dedicação.

Esta pesquisa foi desenvolvida por etapas ao longo do período para o desenvolvimento do mesmo, foi distribuídos em momentos de leitura de subsídios, pesquisas e leitura de livros disponibilizados na internet, organização de material, coleta de dados, enfim desenvolvimento do mesmo.

Esse sistema é universalizado referente às ações dos direitos humanos é um processo compartilhado por Estado, sociedade, instituições e órgãos estratégicos com prática setoriais. Uma reflexão sobre essa proposta de garantia alcançará a eficácia pretendida se as iniciativas fortalecerem suas dimensões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar a política educacional voltada a Educação inclusiva, levando em consideração os conceitos dos autores e o levantamento bibliográfico refletindo a constante luta pela integração social do aluno com necessidades especiais. Diante de inúmeras Leis e diretrizes institucionais, vê-se a inclusão do aluno com deficiência ter o inquestionável mérito da socialização e que é crescente o processo de transformações das práticas da Educação Especial e das concepções teóricas.

Entretanto, é inegável o avanço da Educação Inclusiva, historicamente tornou-se mais eficaz a partir da Declaração de Salamanca (1994), e no Brasil a partir da aprovação da Constituição no ano de 1988 e da LDB no ano de 1996, as reformas em seguida nos âmbito do currículo, dos materiais didáticos, do

financiamento, da gestão, da avaliação, da presença dos instrumentos da comunicação na escola. Contudo é questionável o alcance de tais iniciativas e legislação vigente quando o foco principal é analisar se a formação dos professores esta dentro das limitações de cada aluno. (BRASIL, 1994).

Observou-se que nos documentos oficiais, faz referência, inúmeros momentos a reformulação necessária no campo Educacional da Educação Inclusiva para atender os alunos neste contexto espera-se que as escolas, ao propor oportunidades para esses alunos com deficiência estejam com profissionais preparados e especializados que lhe proporcione o melhor e maior aprendizado que seja viável a todos sem qualquer tipo de discriminação.

É de suma importância reafirmar que a leitura e a análise feitas dos documentos oficiais as leis que regem a política Educacional da Educação Inclusiva, demonstram que o princípio da inclusão deve ter meta a ser alcançada, pois se acredita que a inclusão deverá ser real dentro da escola regular. No entanto, a Educação Especial é um processo de compreensão de que é necessária a transformação da escola regular para o alcance de uma escola inclusiva onde todos são iguais, no sentido de se tornar uma escola que busca trabalhar a diversidade de seus alunos.

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

“Nosso sistema educacional, diante da democratização do ensino tem vivido muitas dificuldades para equacionar uma relação complexa que é garantir escola para todos” (MANTOAN, 2006, p. 23). Apesar de termos analisados instrumentos e mecanismos que acobertam essa demanda, ainda existem um déficit para o aceleramento da educação inclusiva no ensino regular.

O índice de crescimento é notável, porem a demanda é bem maior no que se refere a deficientes físicos e psíquicos. Os termos gerados e pleiteados são de opiniões adversas, uma escola para alunos especiais, ou seja, uma educação especial sistematizada e específica para alunos especiais, separadas da educação do ensino regular. Também o debate está relacionado à garantia de direitos, equidade e justiça social, promulgada leis que rege ao nível de inclusão social.

Vale ressaltar que a luta continua e que o professor também precisa ser visto como um profissional que deve está preparado pedagogicamente,

fisicamente e psicologicamente para enfrentar o sistema da educação inclusiva nas escolas do ensino regular.

A chegar o término desta pesquisa, não exprime que o tema seja esgotado, pois a Educação Inclusiva é um processo que esta sempre em desenvolvimento e dependência de muitas reflexões e também ação para alcançar as práticas concretas eficientes da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado federal, centro gráfico, 1988.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)].LDB :**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente**, lei. 8.069, de 13 de junho de 1990.

CARVALHO. R, E. **Educação Inclusiva: com pingosno “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004

COSTA. R. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-ainda-%C3%A9-assunto-pol%C3%AAmico-no-brasil/a-17266121>. Acesso em 28/05/2016.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/avulsas/cinco-dimensoes-inclusaeducacao.shtml>. Acesso em: 28/05/2016

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

FERREIRA, Júlio R. **A Exclusão da diferença**. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MANTOAN, M.T.E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memon. Editora SENAC, 1997.

_____. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: M.T.E. MANTOAN; R.G. PIETRO (orgs). **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summuns, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 13-20 e 27-34.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

MANTOAN, **Igualdade e diferenças nas escolas**: olhares de futuras pedagogas / Maria Teresa Eglér Mantoan. -- Campinas, SP: FE/ UNICAMP, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de educação especial, SEESP/MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 27 de junho de 2016.

MIRANDA, Arlete, A. B. **História, deficiência e educação especial**, 2003. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf. Acesso em 25 de junho de 2016.

NASCIMENTO, Cristina de F. **Educação inclusiva no Brasil e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas**. Disponível em [www.redentor.inf.br/.../04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20Nascimento%](http://www.redentor.inf.br/.../04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20Nascimento%20) Acesso em 26 de junho de 2016.

PERRENOUD, P.. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos Professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Programa Ética e Cidadania: **construindo valores na escola e na sociedade** : inclusão e exclusão social /organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.4 v.

PRIETRO, Rosangela Gavioli. **Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 919-938, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/14.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2016.

PIRES, Danúbia Mamede, **Fundamentos legais para o desenvolvimento de uma educação especial inclusiva**. Disponível em: www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP06.pdf. Acesso em 23 de junho de 2016.

SASSAKI, Romeu k. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAMPAIO, S. **Um ensaio sobre formação**. Relatório final de estágio de pós-doutorado na Universidade de Paris 8. UFBA/CNPq. Salvador. 2002. Não publicado.

SANTIAGO, Sandra Alves da S. **Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais do Brasil**. Dissertação de Mestrado. UFPE, Centro de Educação, 2003. Disponível em <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm acesso em 01/06/2016.

SCOTTO, A., **A inclusão escolar na rede de ensino estadual** disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004 acesso em 10/05/2016.

SKJORTEN, M. Inclusão total é um sonho, mas devemos persegui-lo. Disponível em: <http://novaescola.org.br/formacao/entrevista-miriam-skjorten-inclusao-noruega-774763.shtml>. Acesso em: 09/06/2016.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins fontes 2001;

VERGARA, Silvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. – 3. ed. – São Paulo : Atlas, 2008.